

Conglomerado
Prudencial HS
Financeira S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar
90110-150 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 199 - CEP 90001-970 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3303-6000, Fax +55 (51) 3303-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Ilmos. Srs.
Diretores
HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Dois Irmãos - RS

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), cujos principais critérios e práticas estão descritos na nota explicativa nº 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas pela Administração da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos



Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Financeira para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HS Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2015 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de novembro de 2016, com modificação.

Porto Alegre, 06 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos

Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016	2015		Notas	2016	2015
Ativo				Passivo			
Disponibilidades		1.386	2.452	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>27.410</u>	<u>18.581</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	73.721	60.421	Recursos de aceites cambiais		27.410	18.581
Títulos e valores mobiliários	5	26.819	2.766	Outras obrigações		<u>51.814</u>	<u>40.333</u>
Operações de crédito	6	<u>103.055</u>	<u>100.836</u>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		140	144
Operações de crédito setor privado		115.292	113.820	Sociais e estatutárias		715	9.076
Provisão p/ oper. Créd. liquid. duvidosa		<u>(12.237)</u>	<u>(12.984)</u>	Fiscais e previdenciárias		3.375	3.293
Outros créditos		<u>43.639</u>	<u>29.418</u>	Comissões a pagar		2.769	-
Adiantamentos diversos		1.806	1.291	Diversas	10	<u>44.815</u>	<u>27.820</u>
Devedores p/ depósito garantia		396	38	Total do passivo circulante		<u>79.224</u>	<u>58.914</u>
Impostos e contr. a compensar	7	344	2.553	Exigível a longo prazo		<u>71.267</u>	<u>55.543</u>
Títulos e créditos a receber	6	43.182	26.873	Recursos de aceites e emissão de títulos	9	<u>66.677</u>	<u>51.593</u>
Provisão p/ outros créditos	6	(4.350)	(3.429)	Recursos de aceites cambiais		66.677	51.593
Devedores diversos		2.261	2.092	Outras obrigações			
Despesas antecipadas		<u>153</u>	<u>37</u>	Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.687	2.199
Despesas antecipadas		153	37	Diversas	10	1.903	1.751
Total do ativo circulante		<u>248.773</u>	<u>195.930</u>	Patrimônio líquido		<u>106.064</u>	<u>120.684</u>
Realizável a longo prazo		<u>6.967</u>	<u>38.721</u>	Capital social	14	<u>67.000</u>	<u>35.000</u>
Operações de crédito	6	<u>2.348</u>	<u>1.969</u>	De domiciliados no País		67.000	35.000
Operações de crédito setor privado		2.381	2.130	Reservas de lucros		<u>7.225</u>	<u>31.245</u>
Provisão p/ oper. cred. liquid. duvidosa		(33)	(161)	Reserva legal		3.054	2.838
Outros créditos	6	<u>1.932</u>	<u>1.796</u>	Reservas estatutárias		4.171	28.407
Títulos e créditos a receber		1.942	1.810	Participação de não controladores		31.839	54.439
Provisão para outros créditos		(10)	(14)				
Devedores diversos		-	32.757				
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)	8	2.687	2.199				
Permanente		<u>815</u>	<u>490</u>				
Investimentos		<u>4</u>	<u>4</u>				
Outros investimentos		4	4				
Imobilizado de uso		<u>713</u>	<u>436</u>				
Imobilizações de uso		1.227	821				
(Depreciações acumuladas)		(514)	(385)				
Intangível		<u>98</u>	<u>50</u>				
Intangível		162	82				
Amortização acumulada		(64)	(32)				
Total do ativo não circulante		<u>7.782</u>	<u>39.211</u>				
Total do ativo		<u>256.555</u>	<u>235.141</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>256.555</u>	<u>235.141</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestres findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	2016 2º Semestre	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		32.354	63.925	62.491
Operações de crédito	15	25.741	51.412	51.132
Rendimentos aplicação interfinanceira de liquidez		5.135	9.457	6.817
Resultado de TVM		1.478	3.056	4.542
Despesas da intermediação financeira		(17.405)	(35.220)	(32.078)
Operações de captação no mercado		(7.053)	(13.859)	(12.633)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(10.352)	(21.361)	(19.445)
Resultado bruto da intermediação financeira		14.949	28.705	30.413
Outras receitas/despesas operacionais		4.741	5.944	3.606
Rendas de prestação de serviços	16	1.430	2.717	1.884
Rendas taxas administrativas de consórcios		39.823	73.640	53.899
Despesas de pessoal		(8.345)	(15.731)	(13.222)
Outras despesas administrativas	17	(9.739)	(19.682)	(17.521)
Despesas tributárias		(5.916)	(11.139)	(8.623)
Despesas deprec./amortização		(101)	(186)	(129)
Outras receitas/despesas operacionais	18	(12.411)	(23.675)	(12.682)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		19.690	34.649	34.019
Imposto de renda e contribuição social		(6.096)	(11.566)	(12.260)
Provisão para imposto de renda		(3.992)	(7.575)	(8.074)
Provisão para contribuição social		(2.104)	(3.991)	(4.186)
Lucro líquido do semestre/exercícios		13.594	23.083	21.759
Juros sobre capital próprio		(3.352)	(4.968)	(3.758)
Quantidade de quotas do capital	14	67.000	67.000	35.000
Lucro líquido por quota R\$		0,20	0,34	0,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestres findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva Estatutária	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2014	35.000	2.574	23.391	-	60.965	49.278	110.243
Lucro líquido do período	-	-	-	9.038	9.038	12.721	21.759
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.758)	(3.758)	-	(3.758)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.560)	(7.560)
Reserva de lucros	-	264	-	(264)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	5.016	(5.016)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.000	2.838	28.407	-	66.245	54.439	120.684
Mutações do período	-	264	5.016	-	5.280	5.161	10.441
Saldos em 31 de dezembro de 2015	35.000	2.838	28.407	-	66.245	54.439	120.684
Lucro líquido do período	-	-	-	9.283	9.283	13.800	23.083
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(4.968)	(4.968)	-	(4.968)
Aumento de capital	32.000	-	(28.335)	-	3.665	-	3.665
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.400)	(36.400)
Reserva de lucros	-	216	-	(216)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	4.099	(4.099)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225	31.839	106.064
Mutações do período	32.000	216	(24.236)	-	7.980	(22.600)	(14.620)
Saldos em 30 de junho de 216	35.000	3.009	30.046	-	68.055	60.502	128.557
Lucro líquido do período	-	-	-	5.857	5.857	7.737	13.594
Destinação:							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.352)	(3.352)	-	(3.352)
Aumento de capital	32.000	-	(28.335)	-	3.665	-	3.665
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(36.400)	(36.400)
Reserva de lucros	-	45	-	(45)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	2.460	(2.460)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	67.000	3.054	4.171	-	74.225	31.839	106.064
Mutações do período	32.000	45	(25.875)	-	6.170	(28.663)	(22.493)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conglomerado Prudencial HS Financeira S.A - Crédito, Financiamento e Investimentos

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestres findos em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	2016 2º Semestre	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido do período	13.594	23.083	21.759
Ajustes ao lucro líquido			
Juros sobre capital próprio	(3.352)	(4.968)	(3.758)
Depreciação e amortização	91	161	75
Despesas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(842)	(875)	(321)
Lucro líquido ajustado	9.491	17.401	17.755
Variações nos ativos e passivos			
	47.938	52.107	6.805
Variação em operações de créditos	(6.722)	(1.723)	20.084
Variação em despesas antecipadas	660	2.093	(2.004)
Variação em outros créditos	34.544	16.191	(45.704)
Variação em recursos e aceites cambiais	17.345	23.913	17.336
Variação em outras obrigações	(3.535)	13.548	12.555
Imposto de renda e contribuição social pagos	5.646	(1.915)	4.538
Caixa proveniente das atividades operacionais	57.429	69.508	24.560
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo permanente	(228)	(516)	(114)
Baixas de ativo permanente	8	30	65
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(220)	(486)	(49)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Aumento de capital	3.665	3.665	-
Pagamento de dividendos	(36.400)	(36.400)	(7.560)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(32.735)	(32.735)	(7.560)
Variação de caixa e equivalentes de caixa	24.474	36.287	16.951
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	77.452	65.639	48.688
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	101.926	101.926	65.639
Variação de caixa e equivalentes de caixa	24.474	36.287	16.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A HS Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) com sede em Dois Irmãos, R/S, tem como objeto social a realização de empréstimo e financiamento para a aquisição de bens e serviços, para capital de giro, captação de recursos e desconto de títulos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações foram elaboradas em conformidade com a Resolução nº 4.280 de 31 de outubro de 2013, a qual dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil e revoga a Resolução nº 4.195, de 1º de março de 2013. Foram consolidadas as empresas HS Financeira S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos e a HS Administradora de Consócio Ltda.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, desta forma, pode não se adequar para outros fins.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial a Financeira como entidade controladora consolidou suas demonstrações contábeis com a HS Administradora de Consórcios Ltda, somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas.

A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento.

Em 06 de março de 2017, a Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, destacamos:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, de acordo com as taxas pactuadas com as respectivas instituições financeiras e não superam o valor de mercado.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Operações de crédito, créditos com características de operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e valores individuais envolvidos e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiver classificadas, observando que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H. A reclassificação de uma categoria maior para uma categoria de menor risco deverá obedecer ao critério reverso gradativamente, de acordo com as amortizações das novas parcelas pactuadas.

As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito.

d. Ativos circulantes e realizáveis em longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e. Ativo permanente

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações/ amortizações acumuladas a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica, fixadas por espécie de bens.

f. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

g. Provisão para o imposto de renda e a contribuição social

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

a. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Financeira reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem basicamente:

- De processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis. A avaliação da probabilidade de perda das contingências cíveis é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, estando divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

h. Apuração dos resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras da Financeira incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financeira revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez:

Instituição	Vencimento	2016	2015
<i>Operações Compromissadas / Posição Bancada Letra do Tesouro Nacional - LTN</i>	Até 30 dias	73.721	60.421
		<u>73.721</u>	<u>60.421</u>
	TOTAL	<u>73.721</u>	<u>60.421</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não haviam posições em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Administradora

As aplicações estão assim demonstradas:

a. Títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	Sem vencimento	A vencer entre 3 e 12 meses	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado	Valores de mercado/ contábil (i)	Marcação a mercado
Fundos de investimento	4.544	-	4.544	4.544	2.153	2.153
Letras de câmbio	-	6.857	6.857	6.857	-	-
Certificado de depósito bancário (CDB Pós fixado)	-	15.418	15.418	15.418	613	613
Total	<u>4.544</u>	<u>22.275</u>	<u>26.819</u>	<u>26.819</u>	<u>2.766</u>	<u>2.766</u>

(i) O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP - Mercados Organizados. As aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

As aplicações quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelo valor da quota divulgado pelo administrador do respectivo fundo na data do balanço.

6 Operações de crédito

A composição da carteira de operações de crédito por nível de risco e tipo de cliente e atividade econômica está demonstrada a seguir:

a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2016	2015
<i>Operações de crédito</i>		
Empréstimos	38.739	43.544
Antecipação de recebíveis	4.942	5.616
Financiamentos	73.992	66.789
Outros créditos com características de concessão de crédito	45.124	28.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - créditos	(12.270)	(13.145)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	(4.360)	(3.443)
Total	<u>146.167</u>	<u>128.045</u>

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	Concentração das operações de crédito			
	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	6.571	4,04	7.486	5,18
50 seguintes maiores devedores	2.985	1,83	2.161	1,49
100 seguintes maiores devedores	1.187	0,73	1.163	0,80
Demais devedores	<u>152.054</u>	<u>93,40</u>	<u>133.823</u>	<u>92,53</u>
Total	<u>162.797</u>	<u>100</u>	<u>144.633</u>	<u>100</u>

c. Composição da carteira de crédito e provisões por vencimento

Vencimento	Empréstimos	Títulos descontados	Financiamentos	Outros	2016	Cartão	Demais	2015
<i>Carteira de crédito</i>								
Vencidos	8.921	323	6.122	4.819	20.185	3.885	16.258	20.143
A vencer								
Até 3 meses	16.672	3.616	38.195	19.722	78.205	14.294	57.655	71.949
De 3 a 12 meses	11.502	849	29.093	18.641	60.085	8.694	39.907	48.601
De 1 a 3 anos	1.578	154	582	1.942	4.256	1.810	1.925	3.735
Após 3 anos	66	-	-	-	66	-	205	205
Total da carteira	38.739	4.942	73.992	45.124	162.797	28.683	115.950	144.633
Circulante	37.095	4.788	73.410	43.182	158.475	26.873	113.820	140.693
Realizável a longo prazo	1.644	154	582	1.942	4.322	1.810	2.130	3.940

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, do BACEN.

<i>Níveis</i>	2016			2015		
	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito	Pessoa jurídica	Pessoa física	Provisão para operações de crédito
AA	-	-	-	-	-	-
A	60	126.042	630	922	108.583	547
B	759	7.160	79	1.089	5.874	70
C	3.804	3.879	231	2.957	3.201	185
D	-	2.356	236	6	2.297	230
E	-	2.260	678	451	2.998	1.035
F	30	2.123	1.076	-	2.074	1.037
G	-	2.076	1.453	89	2.230	1.623
H	289	11.959	12.247	103	11.759	11.861
Total	<u>4.942</u>	<u>157.855</u>	<u>16.630</u>	<u>5.617</u>	<u>139.016</u>	<u>16.588</u>

e. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	16.588	13.830
Baixas por perdas	(21.319)	(16.687)
Constituição/ reversão	21.361	19.445
Saldo final	16.630	16.588

As operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montavam R\$ 10.588 mil (R\$ 10.103 mil em 31 de dezembro de 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram recuperados créditos no montante de R\$ 4.269 mil (R\$ 3.514 em 31 de dezembro de 2015).

7 Impostos e contribuições a compensar

Composição dos impostos e das contribuições a compensar:

Tributo	2016	2015
IRPJ a compensar	47	1283
CSLL a compensar	51	770
PIS a compensar	1	30
COFINS a compensar	245	470
Total	344	2.553

8 Recursos pendentes de recebimento - Administradora

Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes do encerramento contábil dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, e as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de Obrigações por recursos de consorciados - Grupos encerrados.

9 Recursos de aceites cambiais

Os recursos de aceites cambiais referem-se a Letras de Câmbio que foram captadas a taxas que variam de 102% a 115% do CDI (Certificado de depósito interfinanceiro), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:

	2016	2015
A vencer até 3 meses	3.643	1.699
A vencer de 3 a 12 meses	23.767	16.882
A vencer de 1 a 3 anos	66.677	51.593
Total	94.087	70.174
Circulante	27.410	18.581
Exigível a longo prazo	66.677	51.593

10 Outras obrigações diversas

	2016	2015
Diversas		
Sociedades ligadas e coligadas (a)	31.510	16.197
Credores diversos - país (a)	9.966	9.700
Provisão para passivos contingentes (b) (Nota 11)	1.273	697
Fornecedores diversos	1.196	595
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	740	715
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	88	793
Recursos não procurados (e)	1.945	874
	<u>46.718</u>	<u>29.571</u>
Total		
Circulante	44.815	27.820
Exigível a longo prazo	1.903	1.751

- (a) Referem-se a valores a repassar para lojistas, seguradoras, tomadores de empréstimos e financiamentos.
- (b) Os valores de provisão para passivos contingentes referem-se as provisões para Processos Trabalhistas e Processos Judiciais.
- (c) Os valores de provisão para pagamentos a efetuar referem-se a salários, rescisões, provisões de férias, décimo terceiro, gratificações e seus respectivos encargos de INSS e FGTS.
- (d) Refere-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.
- (e) Referem-se ao saldo de recursos a devolver a consorciados, provenientes de saldos remanescentes de grupos encerrados cujos consorciados não foram localizados.

11 Contingências

As empresas que compõe o Conglomerado Prudencial são parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e outros assuntos.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu uma provisão para contingência para a data base, tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável. Em 31 de dezembro de 2016 o valor das ações de probabilidade possível soma R\$ 436.

Em 31 de dezembro as ações judiciais com perda provável atualizadas montam os valores de:

Natureza	<u>Provável</u>	
	2016	2015
Trabalhista (*)	651	208
Cível	622	489
	<u>1.273</u>	<u>697</u>
Total		

- (*) A Administradora figura como parte envolvida em outros processos judiciais de natureza trabalhista com probabilidade de perda possível para as quais de acordo com seus assessores, há possibilidade de que a Administradora seja desvinculada destes processos, não mais figurando como requerida dos mesmos.

Movimentação da provisão para passivo contingentes

	2016	2015
Saldo inicial	759	698
Constituição (reversão) de provisão	514	(1)
Saldo final	1.273	697

12 Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registrados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 4.968 mil (R\$ 3.758 em 2015), obedecendo a limites definidos pela legislação fiscal.

Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida da demonstração do resultado da linha de outras despesas operacionais para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na demonstração do patrimônio líquido, conforme determina a Circular nº 2.739/97 do Banco Central do Brasil.

13 Saldos e transações com partes relacionadas

A seguir, apresentamos um sumário das transações com partes relacionadas:

	Ativos/Passivos		Receitas/Despesas	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos a Prazo	23.810	18.783	(2.644)	(2.281)
Herval Corretora de Seguros	4.804	4.226	(577)	(516)
Ligadas Pessoas Físicas	19.006	14.557	(2.067)	(1.765)
Devedores Diversos	1.477	34.116	51.412	49.797
Global Distrib. Bens Consumo	1.477	26.500	51.412	49.797
Herval Indústria de Móveis	-	7.616	-	-
Credores Diversos	31.510	16.273	(9.349)	(8.123)
Sole Distribuidora de Bens de Consumo	34	1	-	-
Herval Indústria de Móveis	59	-	-	-
Global Distrib. Bens Consumo	31.417	16.272	(9.349)	(8.123)
Sociais e Estatutárias	364	9.015	(4.968)	(3.758)
Ligadas Pessoas Físicas	364	9.015	(4.968)	(3.758)

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal-chave da administração paga no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 267 (R\$ 241 no semestre findo em 31 de dezembro de 2015).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital da Financeira é de R\$ 67.000 (R\$, composto por 67.0000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País, sendo totalmente subscrito e integralizado pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

15 Receita de operações de crédito

	2016 2º semestre	2016	2015
Rendas Empréstimos Cartão de Crédito	7.517	14.886	13.806
Rendas de Empréstimos	4.463	9.140	10.741
Rendas de Títulos Descontados	753	1.545	1.336
Rendas de Financiamentos	13.008	25.841	25.249
Total	25.741	51.412	51.132

16 Receita de prestação de serviços

Referem-se basicamente a comissões de intermediação de operações de seguros prestamista, operações com cartão de crédito e tarifas de transferências financeiras conforme composição abaixo:

	2016 2º semestre	2016	2015
Receita de Comissão Trafego Rede Externa	355	706	693
Receita de Comissão Seguros	75	202	189
Receita de Comissão Intermediação Cartão Assistência	119	223	244
Tarifa de Transferência Financeira	85	176	115
Receita de Comissão Intermediação Cartão HS Card	519	896	181
Rendas de outros serviços	277	514	462
Total	1.430	2.717	1.884

17 Outras despesas administrativas

	2016 2º semestre	2016	2015
Despesas de água, energia e gás	15	32	19
Despesas com alugueis	274	478	358
Despesa de comunicações	803	1.649	1.542
Despesa de contribuições filantrópicas	88	88	101
Despesa de manutenção conservação de bens	96	128	-
Despesa de material	29	64	191
Despesa de treinamento	-	-	-
Despesa de processamento de dados	1.638	3.747	3.459
Despesa com confraternização	-	-	8
Despesa de propaganda	803	1.790	1.663
Despesa de publicação	8	27	25
Despesa de seguros	1	1	1
Despesa de serviços do sistema financeiro	942	1.862	1.422
Despesa de serviços de terceiros	1.017	1.881	1.988
Despesa de serviços técnicos especializados	253	466	310
Despesa de transportes	184	329	222
Despesa de viagem no país	2	14	31
Despesa de cobrança	1.081	2.160	1.897
Outras despesas administrativas	2.505	4.966	4.284
Total	9.739	19.682	17.521

18 Outras receitas e despesas operacionais

	2016 2º semestre	2016	2015
Receita de recuperação de créditos baixados prejuízo	2.522	4.269	3.515
Outras rendas operacionais	2.012	4.587	2.574
Outras receitas operacionais	131	238	117
Comissões pagas a terceiros	(17.023)	(32.348)	(18.799)
Outras despesas operacionais	(53)	(421)	(89)
Total	(12.411)	(23.675)	(12.682)

19 Limite operacional (Acordo Basileia)

Em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado Prudencial encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 34,06%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 9,875% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3444/07 e nº 3490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen conforme Resolução. 2.697/99.

20 Gerenciamento do risco

Os acionistas e os administradores consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a maximização da eficiência no uso do capital e para a escolha das oportunidades de negócios, no sentido de obter a melhor da Diretoria de Riscos, que tem por finalidade obter, de modo consolidado, o melhor entendimento e controle dos riscos inerentes aos seus negócios.

Considerando os benefícios adquiridos por meio de uma efetiva gestão de riscos, principalmente em melhores decisões e alta *performance* operacional do gerenciamento de riscos, a HS Financeira S.A. - CFI, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

- **I - Risco de crédito** - As políticas de gestão de risco de crédito baseiam-se em critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, níveis de inadimplência e taxas de retorno. Para proteger a Instituição de perdas decorrentes de operações de crédito, a HS Financeira constitui provisões para perdas de crédito para cada operação, considerando a classificação do cliente e a condição de atraso da operação.
- **II - Risco de liquidez** - A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos da HS Financeira estejam continuamente avaliados e estabelece parâmetros mínimos de caixa a ser observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa a mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. Até o momento, a Instituição vem utilizando captação dentro do próprio grupo econômico, mitigando ainda mais este risco de liquidez, visto que o grupo possui recursos próprios para financiar as operações da Instituição.

- **III - Risco de mercado** - A HS Financeira emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e as correlações que venham a impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. Nesta linha, a Instituição nomeou um diretor específico para controlar as relações desta com o mercado em geral.
- **IV - Risco operacional** - A HS Financeira adota uma postura crítica para uma gestão de risco operacional independente, por meio da identificação e da revisão dos riscos e do monitoramento dos incidentes, implementando controles que permitam a melhoria contínua dos processos, a maximização da eficiência no uso do capital e na escolha das oportunidades de negócio.

Dois Irmãos, 06 de março de 2017.

* * *

José Agnelo Seger
Presidente
CPF: 138.285.250-91

Jerri Eduardo Luft
Contador - CRC/RS 79.444
CPF: 000.218.640-39